



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

### **ATA DA DÉCIMA QUARTA (14ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;  
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos quatorze dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Décima Quarta (14ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 11 de maio de 2018. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores, pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente), e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, para que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente deu ciência à Casa e submeteu à apreciação do Plenário, na forma do inciso I, do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, "a", e 167, todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o Requerimento nº 240/2018, de Justificativa de Falta, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, para a Décima Terceira (13ª) Sessão Ordinária, realizada no dia 07 de maio último, pedido que foi aprovado, unanimemente, pelo plenário. Ato contínuo, o senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Nona (9ª) Sessão Extraordinária, do primeiro ano, da atual legislatura, datada de 27 de novembro de 2017, e da Décima Terceira (13ª) Sessão Ordinária, datada de 07 de maio de 2018, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram, a seguir, devidamente assinadas, pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Ato contínuo, o senhor Presidente deu ciência à Câmara, através de sua leitura, do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04 (QUATRO), DE 2018**, para a Quarta (4ª) Sessão Extraordinária, da Câmara Municipal, programada para o dia 14 de maio de 2018, segunda-feira, logo após o término da 14ª Sessão Ordinária, destinada, na "Ordem do Dia", à discussão e votação das seguintes matérias: EM TURNO ÚNICO: "ex-vi" **do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 32, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 159.980,00". Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; 2. Projeto de Lei nº 33, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 391.050,00". Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento, ficando, pois, os Vereadores *notificados e convocados*, nos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

termos regimentais. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 32/2018, de iniciativa do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 27/2018, datada de 02 de maio de 2018, objeto do Ofício nº 27/2018, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 159.980,00”; (ao exame das comissões permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 2. Projeto de Lei nº 33/2018, de iniciativa do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 28/2018, datada de 03 de maio de 2018, objeto do Ofício nº 28/2018, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 391.050,00”; (ao exame das comissões permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 3. Projeto de Lei nº 34/2018, de iniciativa do Vereador Gérson Luiz Rossi Junior, “instituinto, no Município de Mogi Mirim, placas de atendimento preferencial, em estabelecimentos públicos e privados, para pessoas diagnosticadas, com Transtorno do Espectro Autista – TEA”; (ao exame das comissões permanentes); 4. Projeto de Lei nº 35/2018, de iniciativa do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 26/2018, datada de 26 de abril de 2018, objeto do Ofício nº 26/2018, de igual data, “dispondo sobre revogação da Lei Municipal nº 5.748, de 16 de dezembro de 2015”; (ao exame das comissões permanentes); 5. Projeto de Lei nº 36/2018, de iniciativa do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 29/2018, datada de 10 de maio de 2018, objeto do Ofício nº 29/2018, de igual data, “dispondo sobre a reestruturação do Centro de Adestramento e Treinamento para Cães de Uso Tático da Guarda Civil Municipal – GCM de Mogi Mirim – Canil, e dando outras providências”; (ao exame das comissões permanentes); 6. Balancete da Receita e da Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril de 2018”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofícios nºs 27, 28, 26, 29/2018, o Sr. Prefeito



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Carlos Nelson Bueno solicitou fossem os Projetos de Lei nºs 32, 33, 35 e 360/2018 apreciados, em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 215/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 384/2018 A QUAL SOLICITO AO SENHOR PREFEITO CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS HABITAÇÃO E SERVIÇOS A PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE EM FRENTE A ESCOLA EMEB PROFESSOR BRAULIO JOSÉ VALENTIM, MARTIM FRANCISCO. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES. Requerimento Nº 229/2018 - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, que através de seu Departamento competente, o fornecimento das copias dos contratos de prestação de serviço das empresas responsáveis pelos transportes de paciente da saúde. Autoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Requerimento nº 230/2018 - Assunto: REQUER-SE INFORMAÇÕES SOBRE O BILHETE ÚNICO DO JARDIM VELHO AO UPA. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 231/2018 - Assunto: Requer ao Sr. Prefeito Municipal que, por meio da secretaria competente, preste informações sobre a fiscalização de empresa no Distrito Industrial I - "José Marangoni". Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 232/2018 - Assunto: Requer à Cetesb CIA Tecnologia Saneamento Ambiental, de Mogi Guaçu, fiscalização de empresa no Distrito Industrial I - "José Marangoni". Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 233/2018 - Assunto: Requer ao prefeito municipal, Carlos Nelson Bueno, que por meio da secretaria competente, preste informações sobre o decreto nº 7.565/2017. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 234/2018 - Assunto: Requer ao prefeito municipal, por meio da secretaria competente informações sobre o funcionamento e repasse de recursos feitos aos PSFs (Postos de Saúde da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Família). Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 235/2018 - Assunto: Considerando a função que os Guardas Civis Municipais exercem de acordo com a Lei Federal 13.022/2014, e, tendo em vista que diversos municípios alteraram recentemente a denominação de Guarda Civil Municipal para Polícia Municipal. Encaminha-se Minuta de Projeto de Lei, que: “Assegura a denominação “Polícia Municipal de Mogi Mirim” à corporação Guarda Civil Municipal de Mogi Mirim – SP”, para análise e respectiva alteração. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 236/2018 - Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: providências para contratação de Guardas Civis Municipais e Bombeiros, tendo em vista a defasagem do quadro de efetivos das categorias, e a necessidade de garantir mais segurança a toda população. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 237/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo sobre a quantidade de servidores concursados por cada Secretaria Municipal desde a vigência da Lei Complementar nº 205, de 27 de dezembro de 2006, além de informações sobre o cumprimento do artigo 68 da referida Lei e dá outras providências. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 238/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo acerca da possibilidade de parcerias com moradores do Parque do Estado II, para limpeza e manutenção dos canteiros conforme Indicação nº 520/2018 e dá outras providências. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 239/2018 - Assunto: A Frente Parlamentar de Defesa e Direitos dos Animais, instituída através do Decreto Legislativo nº 288 de 03 de outubro de 2017, conforme reunião ordinária realizada em 26/04/2018, vem, REQUERER ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: providências e estudos quanto a viabilidade de doação de uma área de terreno, de propriedade do município à ONG Associação Vida. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 241/2018 - Assunto: REQUER AO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE ENVIE CÓPIA DO CONTRATO VIGENTE COM A EMPRESA SESAMM. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 242/2018 - Assunto: Reitero ao Excelentíssimo Prefeito, Carlos Nelson Bueno: providências para viabilizar através do site da prefeitura, PROTOCOLOS ONLINE, visando facilitar e garantir a população meios para solicitação de serviços, bem como a realização de denúncias por meio do site, sem a necessidade de se dirigir-se ao balcão de protocolo. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 243/2018 - Assunto: Solicita informações ao Sr. Luciano Ferreira de Mello, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, sobre intervenção e providências, visando obter junto ao Poder Judiciário salvo conduto em favor dos Guardas Civis Municipais. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 642/2018 - Assunto: INDICO AO SENHOR PREFEITO CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS HABITAÇÃO E SERVIÇOS O CORTE DOS EUCALIPTOS EXISTENTES NA RODOVIA SENADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO, MARTIM FRANCISCO. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Indicação Nº 662/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da Secretaria competente, para que sejam feitos estudos para implantação de lombadas e sinalização de trânsito ao redor da rotatória da Avenida Juscelino Kubitschek e a Avenida 22 de Outubro. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 663/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO PODA DA ARVORE LOCALIZADA EM FRENTE AO NÚMERO 660 DA RUA ARTUR JULIANI, NO EUGÊNIO MAZON. Autoria: LUIS ROBERTO



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

TAVARES. Indicação Nº 664/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO A INSTALAÇÃO DE PLACA DE PROIBIDO JOGAR LIXO NA RUA GENKO KOTSURA, NO JARDIM QUARTIERI. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 665/2018 - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito, Carlos Nelson Bueno que, por meio da secretaria competente, inclua no cronograma de trabalhos o recapeamento da rua Alexandre Coelho, no Jardim Áurea. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 666/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ANTÔNIO GUIDINI, NA VILA BIANCHI. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 667/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ÉTORE CEREGATI, NA VILA SANTA ELIZA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 668/2018 - Assunto: INDICO QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NO BUEIRO LOCALIZADO NA RUA JAIRO APARECIDO VILELA, NO JARDIM SBEGHEN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 669/2018 - Assunto: INDICO QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NO BUEIRO LOCALIZADO NA RUA JAIRO APARECIDO VILELA, NO JARDIM SBEGHEN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 670/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO REDUTOR DE VELOCIDADE NA RUA LUIZ GONZAGA GUERREIRO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MARIA BEATRIZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 671/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

PAULO CESAR DE CAMPOS LOVO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 672/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA JOSÉ SCHINCARIOL, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 673/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA IRINEU BONATTI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA ANA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 674/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PAULO PIVA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 675/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA VEREADOR ANTÔNIO FRANCO BARBOSA JUNIOR, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM CALIFÓRNIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 676/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA BRASIL. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 677/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA BASÍLIO ZORZETTO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT. Autoria: JORGE SETOGUCHI.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Indicação Nº 678/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JULIO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 679/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA RAPHAEL BELLA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 680/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ELVIRA PISSINATI DAVOLI, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 681/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA EUGÊNIA CONSORTE PISSINATTI, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 682/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria municipal competente estudos para sinalização horizontal ou vertical de "PROIBIDO ESTACIONAR" entre os números 172 e 188 à Rua Marques, Vila Bianchi. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 683/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata manutenção da iluminação pública à Avenida Vereador Antônio de Oliveira, em frente ao nº 217, Parque do Estado II. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 684/2018 - Assunto: Indico ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno para que através da Secretaria Competente realize a troca de lâmpada queimada em Rua do Parque das Laranjeiras.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 685/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras e Planejamento/Limpeza Pública: providências para retirada de galhos e folhagens secas, localizados na Praça Maria Conceição Campos Andrade, Vila Rádio. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 686/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a limpeza das guias/sarjetas na Rua Prof. Zelândia Araújo Ribeiro e ruas adjacentes, bem como a Praça Ibrantina Cardona, Bairro Jardim Santa Helena. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 687/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpada queimada e reator na Rua José Antônio de Andrade Junior, poste em frente ao nº 820, Bairro Parque da Imprensa. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 688/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, providências com urgência para limpeza e corte de mato, na Rua Luiz Antônio Bordignon e demais ruas adjacentes do Bairro Residencial Floresta e Jardim Planalto. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 689/2018 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: instalação de placas de sinalização, indicando a localização da sede do Programa Bem-Estar Animal a toda população. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 120/2018 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO TIME DO APARECIDINHA FUTEBOL CLUBE, PELA CONQUISTA DO TÍTULO DA COPA RURAL 2018.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção nº 121/2018 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO PROFESSOR E TÉCNICO ARLEY DIOGO POR MAIS UMA CONQUISTA DA COPA RURAL 2018, COM O TIME DA APARECIDINHA. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 122/2018 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS A AAFAMM, PELA EXCELENTE ARBITRAGEM REALIZADA EM TODA COPA RURAL 2018. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 123/2018 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO SENHOR VALTER POLETTINI, PELA ORGANIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE SEU ACERVO PESSOAL DE ESTANDARTES, DE 09 A 31 DE MAIO DE 2018, NO CENTRO CULTURAL DE MOGI MIRIM Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 124/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS PELO 16º ANIVERSÁRIO DA IGREJA DO NAZARENO DE MOGI MIRIM, PARABENIZANDO TODOS OS MEMBROS DESTA RENOMADA IGREJA, NA PESSOA DE SEU PASTOR DIRIGENTE CARLOS ADRIANO GENÉSIO. Autoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 125/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA APARECIDA SMERALDI DE CARVALHO, OCORRIDO DIA 09 DE MAIO DE 2018. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, datados de 07, 08 e 09 de maio de 2018, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento nº 175/2018; Indicação nº 572/2018; Indicação nº 024/2018; Indicação nº 555/2018; Requerimento nº 140/2018; Requerimento nº 169/2018; Indicação nº 209/2018; Indicação nº 611/2018; Requerimento nº 159/2018; Requerimento nº 177/2018; Requerimento nº 189/2018;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 613/2018, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); Ofício nº 60/2018, datado de 10 de maio de 2018, subscrito pelo Prefeito Carlos Nelson Bueno, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde 8 de Abril, “respondendo ao Ofício nº 169/2018, desta Casa de Leis; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Ofício nº 173/2018, datado de 08 de maio de 2018, subscrito pela Sra. Maria Fátima dos Santos, Coordenadora Geral do Gabinete do Ministro da Saúde, “respondendo ao Ofício nº 115/2018, sobre distribuição de vacinas, desta Casa de Leis; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares). Neste ponto, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, *Questão de Ordem*, solicitou a suspensão dos trabalhos. O Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, acatou o pedido e suspendeu a sessão, às 19h01, para reabri-la, ato contínuo, às 19h08. Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele elogiou e agradeceu aos membros da Guarda Civil Municipal – GCM, à Polícia Militar, à comissão organizadora e ao Vereador Manoel Eduardo Palomino, pela realização e organização da Romaria dos Cavaleiros da Santa Cruz. Disse que, infelizmente, tinha percorrido apenas metade do percurso, mas tinha sido suficiente, para ver que as tentativas de aprimoramento tinham dado certo e que, esta tradição não tinha morrido, em Mogi Mirim. Relembrou as palavras do Monsenhor Clodoaldo de Paiva, que havia dito, “um povo sem história, era um povo sem memória”, e, com as remodelações feitas na romaria, tinha sido resgatada a tradição e ele agradeceu também, às pessoas, que se preocupavam, em reviver a história de Mogi Mirim. Depois, reportou-se à efeméride da Abolição da Escravatura, comemorada no dia 13 de maio, e declarou, que ainda havia muita escravidão, no



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Brasil, as autoridades nada faziam, para verem cessar a escravidão, que se manifestava, em forma de discriminação, em forma da escravidão de crianças, do trabalho forçado, de empresas, que não reconheciam o vínculo, com seus trabalhadores. Falou também, que desejava registrar uma informação sobre números, que obtivera no Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo, um hospital dez vezes maior, que a Santa Casa de Mogi Mirim, para que fosse feita comparação, e citou que a dívida do Hospital Beneficência era de setenta e dois milhões de reais, enquanto que, na Santa Casa local, a dívida estava na cifra de cinquenta e quatro milhões de reais, logo, algo errado deveria haver, na Santa Casa de Mogi Mirim. Salientou, que as pessoas da cidade estava perdendo a vida, por causa dos gananciosos, que estavam dentro da Santa Casa; que a Santa Casa deveria ser administrada por médicos, que o grupo, que comandava a Santa Casa, não permitia fosse aberto o Livro Caixa, ao contrário do que tinham dito, na Câmara, quando convocados, para explicações, e que, ele tinha feito requerimento, para que a Santa Casa fornecesse o fluxo de caixa e os extratos bancários de todas as suas contas, mas “as pessoas da Santa Casa somente davam risadas”, algo lamentável. Por fim, cumprimentou a chapa eleita, para comando da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim – ACIMM, cujo Presidente era o ex-vereador Luiz Guarnieri, e seu vice, José Luiz Ferreira, o Zé da Pentagon, e desejou, que pudessem colocar, em prática, todas as melhorias, as quais tinham almejado, para a Associação Comercial e seus associados. O próximo orador foi o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante. Iniciou, afirmando que, há um ano, o prefeito Carlos Nelson Bueno tinha lhe convocado, para lhe pedir, que tivesse paciência, com os problemas da cidade, não o criticasse tanto, enquanto oposição, porque ele, Carlos Nelson, iria revolucionar a cidade, todavia, o Carlos Nelson reclamava, que o ex-prefeito Gustavo Stupp tinha lhe deixado muitas dívidas, dentre outras lamentações. Registrou, que o encontro estava se completando um ano, e a cidade estava cem vezes



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

pior, do que antes, suja, imunda, repleta de buracos, o Parque das Laranjeiras permanecia com os mesmos problemas, a saúde péssima, pois, a UBS Vila Dias, que já estava ruim, tinha piorado, com muitos problemas, e sugeriu aos pares, que frequentassem a UBS, pela manhã, para constatarem a incompetência da Secretária de Saúde, que era péssima. Afirmou, que a data era limite, que ele iria “colocar o machado na raiz”, pois, ou o prefeito tomava atitudes, ou seria “cortado fora”, porque era momento de cessar a incompetência e, para concluir, disse que a cidade não merecia Carlos Nelson e pediu, que ele voltasse para Mogi Guaçu, de onde tinha vindo. O próximo orador foi a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Inicialmente, cumprimentou o casal Júlio e Adriana, presente, nas galerias, casal ativista da causa animal, na cidade de Conchal, cujo trabalho voluntário era excelente e referência, na região. Depois, versou acerca da audiência pública, de iniciativa do Vereador Marcos Antônio Franco, para discussões sobre a falta de insumos, aos usuários da rede pública da Secretaria de Saúde, a qual tinha sido muito proveitosa, e ela desejava acreditar, que depois da audiência, os vereadores começariam a ver resultados, na saúde, todos os usuários seriam atendidos e não mais haveria corte de insumos. A vereadora agradeceu à direção do Supermercado Sol Horticenter, porque tinha permitido fosse montada uma feira de calçados, oriundos de Franca, comercializados, que tinham sido, em prol do Projeto Maguila, e agradeceu aos munícipes, que tinham colaborado. Mencionou também, o Requerimento nº 239/2018, da Frente Parlamentar de Defesa e Direitos dos Animais, que requereu ao Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, providências e estudos quanto à viabilidade de doação de uma área de terreno, de propriedade do município, à ONG Associação Vida, entidade que realizava um trabalho muito bonito, em defesa da causa animal, e não tinha sede própria, sendo obrigada a deixar os animais resgatados, em lares provisórios. Versou ainda, sobre lei, de sua autoria, que proibia a utilização de fogos, com estampido, no município, e afirmou que a lei deveria ser regulamentada,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

urgentemente, haja vista a proximidade das festas juninas, e aclarou, que a lei não era benéfica somente aos animais, mas às pessoas também, principalmente, aos diagnosticados no espectro autista. Comentou o Requerimento nº 230/2018, de sua autoria, que reiterava indicação, para implantação de bilhete único, no transporte coletivo, do Jardim Velho até a UPA, porque moradores de bairros mais distantes, tais como, Jardim Planalto, Maria Beatriz, dentre outros, tinham que pagar por mais de um ônibus, um “dinheiro difícil”, para buscarem atendimento médico. Finalmente, falou que tinha percorrido a zona leste, da cidade, e constatado muita tristeza, a falta de limpeza, muito mato alto, a praça suja, o campo, muita sujeira no entorno do NIAS, as mulheres, com crianças e carrinhos de bebês, andando, pelo meio da rua, porque as calçadas todas estavam impedidas, com muito entulho e lixo, portanto, ela tinha indicado ao prefeito, para que elaborasse uma força tarefa, objetivando melhorias naquele local. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele comentou notícia veiculada, na imprensa, de que estavam esgotados os recursos de Carlos Nelson Bueno e ele teria que ressarcir dois milhões de reais, aos cofres, haja vista condenação na Justiça, cuja sentença rezava, que o gestor havia celebrado verdadeiro contrato de terceirização, na saúde pública, à época, com a contratação de uma OSCIP, e relatava ainda, um ajuste prévio, entre Carlos Nelson Bueno e Marcos César, num valor superior a doze milhões de reais, visando, obviamente, gerar lucro ilícito, em favor de Marcos César; que esta era o “fantasminha” da gestão anterior de Carlos Nelson; que a sentença tinha sido transitada e julgada, portanto, não cabendo mais recursos, e o prefeito teria que pagar dois milhões de reais, destinados à saúde, portanto, o vereador “dava a dica” ao Prefeito Carlos Nelson, para que destinasse o montante à Santa Casa e às UBSs, porque estavam todas sucateadas; que o dinheiro sairia do “bolso do prefeito” e do “bolso das empresas condenadas”; que o processo havia se prolongado, por doze anos, prova da má administração de Carlos Nelson Bueno, que vivia jogando a culpa nos outros,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

no ex-prefeito Stupp, “em Pedro, em José”, e não assumia, que ele próprio tinha causado prejuízo ao erário; que, na semana passada, ele tinha abordado, justamente, o assunto da merenda escolar e a Política Federal, coincidentemente, tinha deflagrado a Operação Prato Feito, em Mogi Mirim e na região, constando ser o mesmo grupo, terceirizado para a merenda, em Mogi Mirim, em 2006, o famigerado Grupo Coan, que tinha sido contratado, pelo então prefeito Carlos Nelson Bueno, quando tinha sido terceirizada a merenda, no município; que, depois da ação policial, a prefeitura havia publicado um comunicado, informando que a prefeitura não estava envolvida nas investigações da Operação Prato Feito, mas apenas um mandato de busca e apreensão tinha sido cumprido, na cidade, porque um dos acusados, que prestava serviços na Prefeitura de Holambra, era residente, em Mogi Mirim, o acusado era ex-servidor público da Prefeitura de Mogi Mirim, tendo sido demitido, em 2011, pelo prefeito Carlos Nelson, “a bem do serviço público”; que ele tinha ido até o Fórum da cidade, verificar o processo de quarenta e oito volumes, contendo dez mil páginas, e conseguira cópia do contrato da merenda de Mogi Mirim, naquela época, onde se lia, Geraldo João Coan, o mesmo personagem, que fora indiciado pela formação de cartel, pela deflagração da Operação Prato Feito, na região, portanto, era visível, que todas as empresas participantes desse contrato tinham sido indiciadas e, na assinatura do contrato, constava o nome daquele funcionário, em cuja casa se dera a busca e apreensão, pessoa que tinha sido demitida “a bem do serviço público”, que o parecer TCU sobre a merenda de Mogi Mirim apontava indícios de fraude e superfaturamento, e que, o MP, à época, constataria diversas irregularidades, envolvendo o Grupo Coan e, no processo, pasmem, o mesmo servidor, envolvido na busca e apreensão, havia dado declaração, que comprometia o governo de Carlos Nelson Bueno, em 2006, cujo processo estava em trâmite, na Justiça de Mogi Mirim, em 1ª instância, valor de vinte e quatro milhões de reais, solicitando ressarcimento ao erário, demonstrando, enfim, que, “vira e





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

mexe”, um “fantasminha” surgia, na cidade, e a Polícia Federal também. Como o próximo inscrito, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador André Albejante Mazon. Ele iniciou, saudando o senhor Júlio, Secretário de Meio Ambiente, na cidade de Conchal, e sua esposa, casal que estava presente, nas galerias, e fazia um trabalho maravilhoso, relativo à proteção animal. Depois, registrou, que na sessão extraordinária prevista para logo após o término da sessão, em curso, seria votado projeto, para abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 159.980,00, a serem gastos, na compra de equipamentos para as UBSs. Relatou, que a verba tinha sido conquista sua, junto ao Deputado Nelson Marquizzelli. O Vereador disse da sua felicidade e agradeceu o empenho do Deputado Nelson Marquizzelli, sempre disposto a ajudar Mogi Mirim. Salientou também, que tinha recebido um espelho, do Gabinete do Prefeito, comunicando que, no dia 11 de maio, haviam sido direcionados, pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, oitenta mil reais, também a pedido do Deputado Nelson Marquizzelli, destinados à área da saúde, em Mogi Mirim, para aquisição de ambulância Tipo A, para remoção de pacientes, portanto, somados os valores, verificar-se-iam duzentos e sessenta mil reais, totalmente, destinados à área da saúde, no município. O vereador lamentou, porém, a notícia sobre emenda, voltada ao turismo, pela qual ele havia intercedido, valor de trezentos mil reais, que não havia progredido, fora perdida, porque a Prefeitura tinha cometido erro, no projeto enviado, explicitamente, o montante deveria ser destinado para execução de obra nova, não poderia ser projeto de reforma, mas, o projeto, enviado pela prefeitura, tinha sido de reforma, mesmo depois dos muitos avisos. Sobre tal verba, declarou o Vereador, que buscava edificar um monumento, em alusão à participação de Mogi Mirim, na Revolução de 1.932. Ele se preocupava, então, com os erros do Gabinete do Prefeito, porque, no momento, ele passava dificuldades, aguardava documentos, para conquista de duzentos mil reais, oriundos do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Governo do Estado, a serem destinados ao recapeamento da zona norte da cidade, e a documentação não se efetivava, no Gabinete, até o presente momento, nada tinha sido encaminhado e, assim, ele temia perder mais uma verba conquistada, preocupava-lhe a postura do Gabinete do Prefeito e ele esperava não fosse algo pessoal, contra ele, e a população estivesse pagando a conta, conjecturou, enfim, que talvez fosse incompetência, realmente. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele cumprimentou a chapa vencedora, para comando da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim – ACIMM, cujo Presidente eleito era o ex-vereador Luiz Guarnieri, e seu vice, José Luiz Ferreira, o Zé da Pentagon, os quais trariam novas ideias, para a cidade, e lhes desejou excelente mandato. Na sequência, parabenizou o Secretário de Esportes e Cultura de Mogi Mirim, Marcos Antônio Dias dos Santos, porque tinha inovado, transferindo as costumeiras apresentações da Banda Lyra Mogimiriana, do Coreto da Praça, para em frente à agência do Banco do Brasil, localizada na Praça Rui Barbosa, num local mais adequado às apresentações, com árvores e sombra, valorizando ainda mais o trabalho da Banda Lyra e, em nome do Maestro Carlos Lima, o vereador cumprimentou todos os integrantes da Banda Lyra Mogimiriana. Reconheceu o trabalho do Vereador Geraldo Bertanha, em prol da Santa Casa, narrando que, no último final de semana, o vereador permanecera, na praça, recebendo todas as doações possíveis à Santa Casa, as quais havia solicitado, durante a semana, através do seu programa de rádio, e o parabenizou, pela iniciativa, bem como, parabenizou os diretores da Rádio Transamérica e toda sua equipe. Disse, que a Santa Casa necessitava de voluntários e que, o trabalho voluntário, em prol do hospital, era de extrema importância. Elogiou também, o Vereador Marcos Antônio Franco, o Marcos Gaúcho, pelo trabalho que vinha realizando e pela iniciativa da audiência pública, para discussões sobre a falta de insumos, na Secretaria da Saúde, porque a noite tinha sido muito produtiva, bem como, parabenizou-o, pela transparência, que sempre lhe fora peculiar. Falou que, na



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

audiência, tinha notado que a Secretária de Saúde, Rose Silva, tinha permanecido sozinha, literalmente, “parecia uma ilha”, porque não havia qualquer outro representante do governo presente, algo discrepante, haja vista que, em situações muito menos importantes, os assessores diretos sempre estavam presentes, e ele nada tinha para reclamar sobre a secretária, pois, em todas às vezes, que ele tinha solicitado suas orientações, a secretária sempre fora solícita. Todavia, o vereador registrava o detalhe, o governo havia abandonado a secretária, num momento crítico, numa audiência pública, e, para concluir, sublinhou que tinha acabado de receber resposta da administração, contendo o “contrato do Gabinetrômetro”, contrato de locação das salas utilizadas pelo gabinete do Prefeito, localizadas num prédio, na Avenida Pedro Botesi, que ele iria estudar o contrato e trazer à tona o real valor, que estava sendo “jogado fora”, “dinheiro rasgado” do contribuinte, enquanto era notório, que várias secretarias necessitavam de recursos e dinheiro. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele versou sobre a titulação dos imóveis do loteamento irregular Domênico Bianchi. Disse, que tinha comparecido na Secretaria de Habitação, Programa Cidade Legal, para acompanhar a assinatura da ordem de serviço, para a empresa Gabi, em São Paulo, a mesma empresa que já estava executando o estudo ambiental e hidrológico do Parque das Laranjeiras, visando a regularização, portanto, tinha sido dado andamento ao processo e ele acreditava que, entre trinta a sessenta dias, os moradores do loteamento irregular Domênico Bianchi pudessem ser contemplados. Declarou, que a luta pela regularização era muito antiga e citou os Vereadores Luís Roberto Tavares, Sônia Rodrigues, Gérson Rossi e André Mazon, além dele próprio, os quais estavam sempre atentos à causa, todavia, frisou, que a luta era de toda a Câmara. Depois, comentou reunião da Mesa da Câmara e comunicou, que seriam propostas mudanças, na forma, como eram conduzidas as sessões, da maneira, que estava o plenário, objetivando assim, mais qualidade e visibilidade, que a reunião fora produtiva e que, pretendia-se



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

uma reunião, com a totalidade dos membros da Câmara, para breve tempo. Parabenizou o Vereador Geraldo Bertanha, pela iniciativa de ajudar à Santa Casa, trabalho voluntário, que o colega exercia desde há tempos, através de seu programa, na rádio local. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Iniciou, agradecendo aos pares a aprovação dos requerimentos, os quais tinha apresentado, e destacou, primeiramente, pedido de informações sobre o funcionamento e repasse de recursos feitos aos PSFs - Postos de Saúde da Família, existentes no município. Afirmou, que tinha visitado alguns PSFs e a situação estava delicada, prédios, sem estrutura, principalmente, o PSF Piteiras, lembrou que o prédio que estava sendo utilizado, temporariamente, como local de atendimento, era de propriedade da família do Presidente Vereador Jorge Setoguchi, logo, não se poderia executar reforma, com dinheiro público, e pediu uma reunião, com o Presidente Jorge, para discussões de soluções, porque o PSF Piteiras atendia mais de três mil pessoas, na zona rural, a população, na zona rural, era muito grande, estava desassistida, o PFS era, portanto, muito utilizado. Citou ainda, os serviços de reparos efetuados pelo Vereador Marcos Antônio Franco, em 2017, neste mesmo PFS, mas as infiltrações tinham destruído todo o trabalho, que tinha sido executado, portanto, eram necessários investimentos, em outro prédio, para uma boa estrutura digna, porque a zona rural era merecedora. Destacou ainda, requerimento, que endereçou à CETESB – Companhia Tecnologia Saneamento Ambiental, de Mogi Guaçu, para que procedesse fiscalização de empresa, no Distrito Industrial I – José Marangoni, porque havia forte odor de óleo queimado, a situação acontecia há anos, a empresa já recebera visita da Polícia Ambiental, todavia, o odor permanecia, fazendo muito mal às pessoas, principalmente, às pessoas, as quais apresentavam problemas respiratórios. Depois, pediu atenção das Comissões Permanentes da Câmara, porque o prefeito Carlos Nelson Bueno tinha remetido à Casa, o Projeto de Lei nº 35/2018, dispondo sobre revogação da Lei Municipal nº 5.748, de 16 de dezembro de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

2015, lei esta, que tinha doado área de terreno para a AESCO – Associação Esportiva Social Crianças de Ouro. Explicou, que a AESCO tinha sido declarada de utilidade pública, pela Câmara; que ele acompanhava o trabalho desenvolvido pela associação, desde a sua criação, logo, sabia da seriedade das pessoas, as quais estavam à frente do projeto, tinha conhecimento do projeto, bem como, outros vereadores também dele tinham conhecimento, um projeto bonito, que, quando concluído, seria modelo regional; que a associação não recebia qualquer ajuda municipal, mas detinha quantia razoável, para andamento do projeto; que a prefeitura tentara impedir que o trabalho fosse feito, dizendo, que a associação estava “vendendo” a terra, que era retirada da área, mas, o vereador informou, que se tratava de inverdade, pois, na realidade, existia uma parceria, entre Paulinho Terraplenagem e a AESCO, a empresa executara a terraplenagem, na área, e recebera a terra, como pagamento, portanto, tinha havido troca, que ele rogava às comissões convocassem os membros da AESCO, quando da reunião, para discussão da matéria, a fim de conhecerem suas intenções, e que, não se podia misturar política pública, com politicagem e, no caso, estava existindo politicagem. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luís Rossi Júnior. Ele parabenizou a Associação Comercial de Mogi Mirim – ACIMM, pela eleição de Luiz Guarnieri à presidência da entidade e, em nome de João Luiz Zorzetto, membro da chapa vencedora, presente, nas galerias, parabenizou e cumprimentou os demais membros vencedores. Depois, versou sobre funcionalismo público, assunto delicado, na ótica do vereador, a Câmara aguardava a presença do Presidente do Sindicato, para a Tribuna Livre, todavia, esta tinha sido cancelada pelo próprio presidente do sindicato, e disse que, na reunião das comissões permanentes, uma das reclamações colocadas, tinha sido a de que os vereadores estavam distantes do momento de negociação, entre sindicato e prefeitura municipal, pois apenas sabiam dos fatos, pelos jornais, as audiências, no TRT – Tribunal Regional do Trabalho, em busca de alternativas; que, infelizmente, os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vereadores, enquanto Câmara, não estavam participando, ativamente, no processo, recebendo, agora, para votação, o projeto de aumento, propondo 1,5%; que ele tinha preparado algumas questões, as quais pretendia questionar, junto ao presidente do sindicato, mas, como ele tinha declinado a participação, em Tribuna Livre, expunha suas indagações, primeiramente, solicitando informações, ao Poder Executivo, sobre a Lei Municipal nº 205/2006, que viera, como divisor de águas do funcionalismo, pois, a partir de sua aprovação, os novos funcionários, os quais ingressassem, no quadro funcional da prefeitura, não mais receberiam biênios e quinquênios; que ele pedia informações, porque assim pediam os funcionários; que se tratavam de mil e noventa e dois novos funcionários; que ele solicitava também, informações sobre qual o número de aposentados, que se mantinham, na ativa, na prefeitura, desejava tal informação, para partilhá-la, com os vereadores, para subsídios e informações; que a Lei nº 205/2006, Artigo 68, rezava que, quando a prefeitura atingisse 40% de funcionários, após 2006, estes, sem as vantagens de biênios e quinquênios, a progressão deixaria de ser de quatro em quatro anos, para de três em três anos, uma previsão feita, em 2006, porque se pensava, como os novos funcionários não detinham os benefícios, quando estes fossem maioria, a progressão funcional poderia ser diminuída; que ele pedia a confirmação do número de 43% de novos funcionários, além disso, requeria à Secretaria de Administração, para que informasse, quem estava no direito à progressão funcional, de três, em três anos, como rezava a lei de 2006, e que, ele possuía informações também, e elas estavam disponíveis a todos, sobre os funcionários, que recebiam abaixo do salário mínimo, cerca de quinhentos e quatro servidores, assunto já em trâmite, objetivando solução, pois se tratava de mais uma distorção funcional. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele cumprimentou o senhor Juliano Galdini, considerado um dos melhores veterinários do Brasil, presente, nas galerias, bem como, cumprimentou o Vereador Samuel Cavalcante, pelo discurso que efetuara, cobrando atitudes, por



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

parte da administração. Parabenizou a chapa vencedora da disputa eleitoral, na Associação Comercial de Mogi Mirim – ACIMM, pela eleição de Luiz Guarnieri à presidência da entidade, desejou um bom trabalho. Comentou sobre vídeo, que tinha postado, na rede social, sobre ponte, que ligava o Parque das Laranjeiras ao Horto de Vergel, mostrando a difícil situação, no local, e comentou, que ele já tinha feito muitas indicações e alguns requerimentos sobre a problemática; que não havia condições de transitar, pelo local, principalmente, veículos pesados, porque a ponte estava, praticamente, dentro do rio, era precária a situação das madeiras de escora; que, no caso de qualquer acidente, a responsabilidade recairia sobre a administração; que ele permaneceria, insistindo, sobre o assunto, até que recebesse uma notícia positiva para a situação da ponte, porque os moradores estavam inconformados, com a situação caótica, e aproximava-se a estação chuvosa; que, numa mesma situação caótica, encontravam-se os moradores das Ruas 15 e 30, do Parque das Laranjeiras, os quais penavam, com uma obra inacabada do SAAE, que causava muita poeira; que as secretarias estavam mandando caminhões pipa, para irrigarem as vias, numa tentativa de amenizar a situação, porém, teria que ser uma irrigação diária, constante, até que a poeira fosse aplacada, e disse, que faria sugestão, ao Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, para a utilização de um produto de procedência alemã, espécie de gel, a ser misturado, com a água, o qual trazia excelentes resultados, contra a poeira. Para concluir, comentou resposta, que recebera do Ministério da Saúde, sobre vacinas polivalentes, confirmando, que o Governo Federal havia feito repasse de vacinas aos Estados, logo, cabia ao município cobrar sua distribuição, junto à Secretaria Estadual de Saúde. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele cumprimentou o senhor Juliano Galdini, médico veterinário, bem como, agradeceu a presença da filha, Elis Regina, médica veterinária. Na sequência, agradeceu aos pares, pela participação na audiência pública, que ele tinha promovido, para debates sobre a falta de insumos, na rede de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

saúde pública municipal, e citou os vereadores, os quais tinham prestigiado o evento, ajudando-o a conduzir a audiência, a saber, Vereadores Luís Roberto, Maria Helena, Jorge, Tiago Costa, Cinoê Duzo, André Mazon e Sônia Regina, bem como, os assessores Dina Bovelone, Nelson Victal, Paula Camargo, Gisele Anselmo, Patrícia Chaib, e ainda, à Secretária de Saúde, Dra. Rose Silva, e aos alunos da ETE. Depois, falou sobre o PSF Piteiras, assunto trazido à baila, no discurso do Vereador Geraldo Bertanha, e registrou que, à época, em 2017, com a ajuda do Vereador Gérson Rossi, ele tinha efetuado alguns consertos, no prédio do PSF, porque há cinco anos, os funcionários davam descargas, no banheiro do PSF, com balde de vinte litros, existia um único banheiro, sempre sujo, os funcionários reaproveitavam a água do lavatório, para descargas, então, naquela época, ele, em uma única hora de serviço, tinha trocado as quatro caixinhas de descargas, fora também, noutro dia, e capinara a área externa, tinha iniciado uma pintura também, no prédio, mas, como o telhado estava ruim, a chuva destruía o serviço feito, estragando a pintura. Depois, comentou sobre denúncia, que tinha recebido, na semana passada, sobre o SESMET – Serviço Especializado Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e registrou, que tinha convidado a Vereadora Maria Helena, para o acompanhar, numa visita, no local, porque, quando ele discursava, em tribuna, não vinha, para falar besteiras, era funcionário público e os funcionários da Secretaria de Saúde o procuravam, porque ele buscava saber a verdade sempre. Denunciou que todos os equipamentos, que deveriam estar no SESMET, estavam “jogados”, no pátio da Secretaria de Agricultura, como lixo, e relatou, que o SESMET tinha estado bem instalado, no Centro Holístico, todavia, o médico Marco Antônio estivera estressado, os funcionários tinham estado estressados, o médico afastara os funcionários, porque não havia como trabalhar, em virtude de uma briga, desencadeada entre secretários municipais; que o SESMET existia para atender aos funcionários públicos, para o bem-estar dos funcionários; que os funcionários viviam





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estressados, porque não tinham “colo, nem carinho” de quem lhes deveria dar, os secretários, e quem “pagava o pato” era o povo, então, pediu aos secretários, por favor, que tivessem mais carinho, para com os funcionários públicos; que ele daria um exemplo, versando, em seguida, sobre uma situação no trânsito e relatou, que, por esses dias, os funcionários do setor de trânsito estavam pintando uma lombada, às 14 horas, encontrava-se o agente de trânsito, também, Marcelo, com trinta anos de funcionalismo, mais três outros funcionários, sob sol escaldante, atrapalhando o trânsito; que, anteriormente, este tipo de serviço era realizado no período noturno, período muito mais produtivo, pois não atrapalhava o trânsito, não havia sol, portanto, não se judiava do funcionário, e o cheiro da tinta era menos intenso; que o secretário tinha alterado o horário de execução do serviço, porque, à noite, “o serviço não estava rendendo”; que o secretário estava “caindo de paraquedas”, ou seja, nada sabia e não tinha experiência sobre o tipo de serviço e o convidou, para o acompanhar, numa pintura de solo, na rua, no período vespertino, para saber da verdade, para que aprendesse a dar valor ao funcionário, o secretário, sob tais condições, iria “pedir água”; que o secretário desejava “ganhar nome”, “fazer moral”, em cima de funcionários públicos, algo que ele, vereador, não iria admitir, e pediu atenção ao secretário. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela colocou que o prefeito estava com muitos problemas, com seus secretários, pois eram pessoas jovens, com pouca experiência na vida pública, o “poder, poder, poder” atrapalhava a administração municipal. Complementado o discurso do Vereador Marcos, explicou, que o SESMET era a promoção do serviço ao funcionalismo, algo muito importante, porque o funcionário, assim como todas as pessoas, era passível de dores físicas, havia funcionários fisioterapeutas afastados, em férias, porque não havia trabalho e, tampouco, local para se trabalhar, e o prefeito, até então, desconhecia a situação; que os vereadores tinham levado a situação ao conhecimento do prefeito, pois



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

tinham escutado os relatos de dentista, fisioterapeutas e servidores, e todos os equipamentos estavam abrigados, na Secretaria de Agricultura; que muito dinheiro tinha sido gasto, no Centro Holístico Florentino José Miranda, durante a má gestão de Gustavo Stupp, e tudo tinha sido retirado, para se instalar o ADOT e outras coisas, quando, na verdade, o ADOT necessitava apenas de uma pequena sala, que a situação acontecia há quarenta dias, tempo este, em que o servidor não utilizava os equipamentos, e que, tudo isso era muito ruim ao servidor, porque não estava sendo atendido, na sua fisioterapia, algo triste, para a administração, problema que não poderia acontecer jamais, um desentendimento, entre secretários. Sobre outro tópico, sublinhou que o prefeito tinha feito comunicado, no Jornal Oficial de Mogi Mirim e nos jornais da cidade, justificando, que executaria licitação, para os serviços funerários, no município, e aclarou que vinha acompanhando tal assunto há três legislaturas; que o serviço funerário estava “na mão” da iniciativa privada e existia determinação da Justiça, de que isso não mais poderia ocorrer; que algumas leis tinham sido revogadas, no passado, todavia, havia entendimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de que o serviço funerário era serviço público e, portanto, deveria ser detido pelo Poder Público, através de concessão, que, certamente, os vereadores seriam procurados, como já tinham sido, no passado, porque não havia entendimento dos exploradores do serviço, de trabalharem juntos, unidos, numa única empresa, para a licitação, e que, o assunto viria à Câmara, fatalmente, pois o prefeito já tinha justificado, nos jornais, sua intenção de iniciar a licitação do serviço funerário, em Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele comentou acerca da luta dos Deputados Federal, Baleia Rossi, e Estadual, Jorge Caruso, para que as entidades voltassem a receber os recursos da Nota Fiscal, o que tinha sido aprovado, recentemente, logo, ele agradeceu o empenho dos deputados, para correção do assunto, porque beneficiaria e muito às entidades. Depois, versou também, assim como o Vereador Geraldo Bertanha, sobre as inúmeras



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

reclamações a respeito do forte odor de óleo queimado, que era sentido, frequentemente, na zona sul da cidade, e frisou, que ele tinha telefonado à Vigilância Sanitária, para providências, que o odor podia ser sentido também, em toda a cidade, e não era de agora, parabenizou o Vereador Geraldo, pela atitude investigativa e empenhou seu apoio, para solução da problemática. Falou também, sobre a AESCO e o projeto de lei encaminhado, para revogação da lei de doação de terreno à associação. Colocou que a entidade buscava retirar crianças das ruas; que as pessoas envolvidas realizavam um trabalho voluntário, ele mesmo, tinha se prontificado a ministrar aulas de futebol, na associação; que os fundadores e organizadores tinham sido pegos de surpresa, com a notícia da revogação; que a entidade era séria e os associados colocavam dinheiro do próprio bolso, para investir, na obra; que os associados tinham feito uma troca, com Paulo Terraplanagem, empresa que estava nivelando a área, para que fosse possível iniciar a construção, portanto, ninguém estava vendendo terra alguma; que o Vereador Tiago Costa e ele, orador, tinham encaminhado o projeto da AESCO ao Ministério dos Esportes, haja vista que a proposta era a de retirar crianças da rua, permanecendo estas, na entidade, em período integral; que a associação era composta por pessoas do bem, empresários de Mogi Mirim, os quais estavam investindo, para ajudar a sociedade; que ele tinha conversado, com o tesoureiro da entidade, o qual havia lhe dito, que não mais interessava à AESCO uma simples permissão de uso, porque iriam investir pesado, os comerciantes iriam ajudar, e a associação pretendia fazer, de fato, algo bom, para o futuro de Mogi Mirim, logo, estavam todos os membros da AESCO indignados, com a proposta de revogação, que isto era injustiça, porque o pessoal estava trabalhando e desenvolvendo o projeto, e que, os vereadores deveriam ficar atentos, permanecer unidos e brigar pela AESCO, pois havia muito amor e paixão envolvidos, tratavam-se de pessoas, que há muito auxiliavam a sociedade mogimiriana, sem fazer alarde. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h23,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 28, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre reajuste dos salários, vencimentos, proventos e pensão mensal dos servidores ativos e inativos da Administração Direta e Indireta, de Mogi Mirim”. *Emenda modificativa* assinada pela totalidade dos vereadores. Parecer, em conjunto, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Salientou que os vereadores aguardavam a presença dos líderes sindicais, na Casa, para uso da palavra, em Tribuna Livre, objetivando mais informações, pois os edis estavam sem todas as informações necessárias, para avaliar o modo como estava sendo feita a negociação, junto à prefeitura, todavia, os líderes haviam declinado a participação, portanto, cabia aos vereadores votarem o reajuste de 1,5%, concedido pelo prefeito aos servidores; que os vereadores entendiam que o percentual estava aquém da necessidade do funcionalismo, mas a municipalidade tinha dificuldades; que os vereadores tinham apresentado emenda ao projeto, objetivando-o retroativo a 1º março, data base da categoria, depois de consultado Dr. Fernando, Procurador Jurídico da Câmara, portanto, os edis não estavam agredindo o Poder Executivo, apresentando a modificação, mas apenas alteravam uma palavra, o que era possível; que haveria acréscimo de cento e setenta mil reais/mês, na Folha de Pagamento, que ela, como legalista, estava defendendo a aprovação da emenda modificativa, e que, se aprovada, o projeto seria retroativo a 1º de março. O



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

próximo a discutir a proposta foi o Vereador Tiago César Costa. Ele confessou, que preferiria estar aprovando 10%, ou mais, aos funcionários, haja vista o tempo de defasagem, quando a inflação tinha corroído o salário dos servidores, mas ele deveria votar 1,5%, pois, ou aprovava-se, ou o servidor nada teria de aumento e, assim, ficava difícil aos vereadores batalharem, para que algo de melhor acontecesse aos servidores municipais; que a Comissão de Justiça e Redação, através de seus membros, durante a análise da proposta, decidira emendar o projeto, para obedecer a lei, que tinha estabelecido a data base da categoria, em 1º de março, enquanto que o projeto do prefeito, colocava a vigência do aumento, a partir do mês de maio, logo, em obediência à lei da data base, a comissão apresentara emenda modificativa, procurando respeitar a legalidade e ainda, para evitar que o prefeito sofresse ações judiciais, que a Casa estava cumprindo seu papel legislador, evitando que município sofresse ações judiciais trabalhistas e que, ele daria voto favorável ao projeto e à emenda. O próximo orador a comentar a matéria foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Disse, que tinha sido o relator do projeto e ratificava as palavras de seus antecessores, ditas, na tribuna; que compreendia a difícil situação financeira do município, lamentava, que não houvesse uma valorização salarial maior ao funcionário; que tinha conhecimento dos índices da Folha de Pagamento da Prefeitura, bem como, da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, a Câmara era a Casa de Leis e dever-se-ia ter respeito às leis, entender, que elas existiam, e também o prefeito era submetido a regras; que ele sabia da existência de negociações, para mudanças, no sistema de fornecimento de cestas básicas aos funcionários, todavia, era importante, no momento, depois de dezessete meses, sem qualquer reajuste, votar 1,5% aos funcionários públicos do Poder Executivo e votar a emenda, proposta pela totalidade dos vereadores, que ele iria aguardar, que outras ações viessem, para valorizar os funcionários, pessoas que “carregavam a prefeitura nas costas”, e que, a emenda retroagia a vigência da lei, para 1º de março, data base da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

categoria e que, no futuro, seria importante à administração antecipar suas negociações, com a classe do funcionalismo. Também discutiu a matéria o Vereador Cinoê Duzo. Ele disse que o aumento era uma migalha, de 1,5%; que era bonito dizer que o funcionário “carregava o piano”, costumeiro colocar, que a prefeitura não tinha dinheiro, ou que o prefeito não aguentaria, até o final de seu mandato, desculpas utilizadas pelo prefeito sempre; que o “golpe de mestre” do maquiavélico prefeito Carlos Nelson tinha sido o boato, de que ele congelaria os biênios e quinquênios dos funcionários, fazendo, assim, com que os funcionários se esquecessem da “migalha”, que eram os 1,5%; que o prefeito era tão maquiavélico, que conseguira jogar funcionário, contra funcionário, dividindo-os, entre os que detinham as vantagens e aqueles, que não as detinham, porque um dos princípios de Maquiavel era sempre o de fracionar, dividir, para enfraquecer o grupo, e o prefeito era mestre, em fazer isso, e, se a Câmara não prestasse atenção, seria vítima também, do mesmo princípio; que o país estava uma porcaria, sem dinheiro, pessoas endividadas, tudo horroroso, mas, se o município estava na “pindaíba”, perguntou, por que o prefeito alugava salas, para seu gabinete, ao valor de quatorze mil reais/mês; que a emenda modificativa tinha sido muito bem proposta e elaborada e repetiu, que o prefeito era maquiavélico, usava desculpas e falas, tais como, “os secretários não estão indo bem”, tudo, para desviar a atenção, tudo, calculado, estrategicamente, passo a passo, porque, quem já havia trabalhado ao lado de Carlos Nelson Bueno era sabedor, daquilo que o vereador estava falando, pois Carlos Nelson Bueno estava “nem aí”, com o funcionário público; que, não obstante isso, as galerias deveriam estar repletas, por funcionários, reclamando de receberem apenas 1,5% de aumento salarial, mas ele entendia a ausência, que vinha do medo de retaliações, porque, depois do último protesto da classe, os funcionários reclamantes tinham sido realocados, retaliados, colocados “na geladeira”, então, o vereador compreendia a ausência do funcionalismo, bem como, a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ausência do sindicato; que o aumento de 1,5% proposto era um desrespeito ao funcionário público, sem reconhecimento algum, “nada, nada, nada”; que o prefeito Carlos Nelson tinha “sede de poder”, era centralizador, gostava de controlar, fingia escutar as aspirações das pessoas, fazia-as importantes, mas, realmente, não se importava com ninguém; que o prefeito era um “lobo em pele de cordeiro”; que, se o vereador tivesse que optar, entre votar, com o povo, ou votar, com o governo, ele, vereador Cinoê, sempre votaria, com o povo, mesmo se a pessoa ligada a ele sofresse ameaça de exoneração, referindo-se à sua companheira, funcionária de carreira do SAAE, que ele estava aguardando o projeto de “extermínio” dos biênios e quinquênios chegar, na Câmara, para daí, sim, averiguar a posição de alguns vereadores, os quais, por hora, mantinham um discurso suave e que, biênios e quinquênios eram direitos adquiridos, dos funcionários públicos concursados. Também comentou o projeto o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele relembrou as contas, de 2015, do ex-prefeito Gustavo Stupp, as quais seriam analisadas, pela atual legislatura, e conjecturou, por que o Tribunal de Contas tinha emitido parecer favorável, algo incrível. Disse, que as contas de 2018, de Carlos Nelson Bueno, também seriam analisadas, um dia, no futuro, e seria neste dia, então, que os vereadores saberiam, verdadeiramente, se ele tinha condições, ou não, de conceder um aumento maior; que 1,5% eram muito pouco, pouquíssimo; que, talvez fosse verdade, que o prefeito estivesse “amarrado com a receita”, todavia, há muito e muito tempo Mogi Mirim não tinha políticas públicas de captação de indústrias, que visassem aumento de receita, não existia um trabalho focado da administração, para tal finalidade; que Mogi Mirim precisava aumentar sua receita; que ele seria favorável ao projeto, pois não havia alternativa, a não ser aprová-lo, que ele preferia ver a plateia cheia, na Câmara, mas sabia da possibilidade de retaliações aos funcionários públicos e que, ele sempre estaria ao lado dos funcionários públicos de Mogi Mirim; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

28/2018, do Prefeito de Mogi Mirim e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **2.** Projeto de Lei nº 30, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP, para o fim que especifica”. Parecer, em conjunto, das Comissões de Justiça e Redação; de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Comentou o projeto a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Aclarou, que o Poder Executivo estava pedindo autorização, para celebrar convênio, com o DETRAN/SP, programa Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, cujo objetivo era reduzir óbitos, em decorrência de acidentes, no trânsito; que o município tinha feito apontamento dos locais críticos, na cidade, tendo, inclusive, detalhado os gargalos, onde problemas graves ocorriam, com mortes e feridos, o “mapa do calor”; que o convênio iria destinar quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para Mogi Mirim, que outros municípios já tinham celebrado o mesmo convênio, e que, se aprovada a proposta, a cidade passaria a ter maior controle e informação sobre o trânsito, bem como, orientação, através da parte educativa, do programa, e ainda, orientação técnica, as sinalizações de solo e verticais; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 30/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno: 3.** Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2018, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “criando a Frente Parlamentar, em Defesa de Políticas Públicas de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. O primeiro orador a discursar foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, que parabenizou o Vereador Luís Roberto, pela iniciativa, pois seria uma ferramenta municipal importante, já comum, na Câmara Federal, para tratativas de variados assuntos. Citou, que, se aprovada, esta seria a segunda frente parlamentar, na Câmara de Mogi Mirim, e que,





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seria favorável à matéria, haja vista que o município possuía muitos loteamentos clandestinos e irregulares. Depois, comentou a matéria o autor, Vereador Luís Roberto Tavares. Registrou, que o projeto tinha nascido de ideia, que o vereador tivera, durante uma reunião, da Frente Parlamentar de Defesa e Direitos dos Animais; que os assessores Pedro Laurindo e Gisele Anselmo tinham elaborado o projeto e ele agradecia, igualmente, aos membros das comissões, pela emissão de parecer favorável, porque a Frente seria uma ferramenta importante, para ciência sobre tudo o que estava acontecendo, no município, sobre loteamentos irregulares, e facilitaria discussões, que, a cada trinta dias, seria realizada uma reunião da Frente e que, desde logo, ele agradecia a votação favorável. O próximo a comentar a proposta foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele, de início, parabenizou o Vereador Luís Roberto Tavares, pela iniciativa da Frente Parlamentar, e comentou, que ele, orador, também estava acompanhando o assunto das regularizações, citando que, num único semestre, tinha estado, por quinze vezes, na Secretaria de Habitação, cujas portas “estavam sempre abertas para Mogi Mirim”, para tratativas de regularização fundiária; que o projeto vinha a calhar, com a luta, que alguns vereadores estavam empreendendo, para regularização dos loteamentos clandestinos e irregulares, no município, vereadores Luís Roberto, André, Sônia, Gérson e ele próprio, que a Frente Parlamentar era muito importante, inclusive, para ciência de todas as situações e dos trâmites já efetuados, na Secretaria de Habitação, pois, além do Parque das Laranjeiras e do Loteamento Dômenico Bianchi, existiam outras ações, noutros loteamentos, e que, o Vereador Luís Roberto poderia contar, com seu voto favorável, e com o seu apoio à Frente Parlamentar; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2018, do Vereador Luís Roberto Tavares); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso V do Artigo 172 do Regimento Interno e Artigo 47 da LOMM: 4.** Projeto de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Emenda à Lei Orgânica nº 01 de 2018, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi e outros, “alterando dispositivos da Lei Orgânica do Município e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Emenda à Lei Orgânica. (o Projeto deverá ser aprovado por dois terços dos membros da Câmara, conforme determina o Art. 47, § 1º da LOMM). Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, presidente da Comissão Permanente de Emendas à Lei Orgânica Municipal. Destacou que se tratavam de duas alterações, a primeira, no Artigo 60, da LOM, onde se lia, “controle externo”, passar-se-ia a ler “controle interno”, e, a segunda, vinha, oriunda de determinação da Justiça, para alteração do artigo referente ao servidor, quando na presidência de sindicato, prevendo seu afastamento, do funcionalismo, sem prejuízo de vencimentos, algo óbvio, todavia, sem previsão legal; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro Turno, o Projeto de Emenda à LOM nº 01/2018, do Vereador Jorge Setoguchi e outros); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado, em Segundo Turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **EXPLICAÇÃO PESSOAL**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro inscrito foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele iniciou, perguntando se alguém já havia presenciado as condições da pessoa, com diagnóstico no espectro autista, quando da explosão de rojões, ou bombas, e disse, que ele convivia com tal situação, o tempo todo, a ponto de ter comprado um abafador, para o filho, com diagnóstico de TEA. Colocou, que tinha sorte, pois o filho detinha um grau leve do transtorno, todavia, ele conhecia pais, cujos filhos tinham grau médio, ou máximo, e era sempre “uma luta”, às vezes, tornavam-se agressivos, com os pais e outras pessoas mais próximas; que, na audiência sobre o TEA realizada, na Casa, pelo Vereador Gérson Rossi, ele, orador, havia sublinhado, que “beijaria os pés da Vereadora Sônia”, pela proposição de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

lei, que tinha proibido, no município, a utilização de fogos de artifício, com estampido, e frisou, que “a coisa só não era ruim, quando não era na casa da gente” e perguntou, por que, afinal, até agora, a lei não tinha sido regulamentada, pelo Poder Executivo; que a Associação dos Excepcionais – APAE de Mogi Mirim clamava pela regularização da citada lei, logo, questionou, por que não a regulamentar; que o último final de semana tinha sido “um desastre”, a explosão de fogos, ele era afortunado, tinha a possibilidade de se retirar, com seu filho, para o sítio, todavia, preocupava-se, com outros casos, de grau máximo, porque estes, poderiam até se atirar de prédios, por exemplo, na confusão e dor causadas pela explosão dos fogos; que Mogi Mirim precisava avançar e deixar de ser provinciana, deixar de ter mentalidade provinciana; que as festas juninas estavam se aproximando e havia costume da utilização de fogos, logo, ele pedia a lei fosse regulamentada, imediatamente; que ele duvidava, que as paróquias, ou outros locais deixassem de obedecer a lei, mas a lei não estava regulamentada, que ele esperava a população se unisse, em torno da citada legislação, e perguntou, novamente, sobre o que estaria impedindo o Poder Executivo de regulamentar a lei, ou a quem poderia prejudicar sua regulamentação, respondendo ele mesmo, aos arruaceiros e baderneiros. Por fim, mudando de assunto, denunciou que um veículo da Santa Casa, o qual não tinha seguro, havia colidido, e o motorista perdera várias bolsas de sangue, numa mostra de despreparo, de quem estava administrando a Santa Casa. O próximo orador foi o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante. Ele narrou uma breve história, sobre um rei muito inteligente e sábio, e uma de suas províncias se recusava a pagar os impostos devidos. O rei então escolheu um governador e lhe disse, para oprimir a população, fizesse ele, que a população pagasse seus tributos, pela dor. E assim aconteceu, o tal governador assim procedeu. Passaram-se anos e ninguém nunca havia sabido, que fora o rei, quem determinara a opressão. E um dia, o rei foi visitar a citada província e todos os súditos reclamaram a respeito do governador, que os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

oprimia. O rei, então, mandou matar o governador, em praça pública, e o povo começou a pagar seus impostos, por amor ao rei. Finda a história, o vereador pediu ao Secretário de Governo, Danilo Zinetti, que cessasse de brigar, com Fábio Mota e com Valdir Biazotto, porque “Carlos Nelson Bueno iria acabar com ele, no final da história”. Tratava-se de “conselho de amigo” e pediu a Danilo Zinetti, que não mais se expusesse, como vinha fazendo, porque Carlos Nelson Bueno não tinha qualquer piedade por ele. Para encerrar, falou que, depois de reflexão e avaliação, sugeria o nome do Vereador Luís Roberto Tavares, para deputado estadual, e empenhou o apoio parcial do PR à sua pessoa, pois seria excelente opção, para Mogi Mirim, haja vista que o Vereador Luís Roberto estava há muitos anos, no Poder Legislativo, nunca se corrompera, nunca tinha votado contra o povo, tinha moral e caráter ilibados. Como a próxima oradora, Vereadora Sônia Regina Rodrigues, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Ele retornou ao assunto da Operação Prato Feito, deflagrada pela Polícia Federal, e destacou que, atualmente, depois da Operação Lava Jato, o Brasil vivia um momento histórico ímpar, o qual ficaria marcado, por várias gerações; que os “intocáveis” estavam sendo presos e citou a série O Mecanismo, da Netflix, a qual mostrava um esquema de corrupção violento, formado por grandes empresas, para forjar licitações, contratos públicos, a fim de financiar as campanhas eleitorais de políticos, os quais estavam à frente da política, os candidatos, que estavam nos primeiros lugares, nas pesquisas eleitorais; que às grandes empresas, não importava se os contratos seriam de uniformes, ou a merenda escolar, não lhes importava, por exemplo, se as EMEBs e EMEFs de Mogi Mirim estavam destruídas, num descaso de longa data; que os empreiteiros, tais como, o Grupo Coan, revelado na Operação Prato Feito, eram máfias, as quais tinham se alinhado, para roubarem crianças, em idade escolar, nas creches e escolas; que, um dia, a conta viria, certamente, mesmo depois de passados anos, e a Operação Prato feito era prova disso; que ele tocava, no assunto, porque



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

havia interesse da população de Mogi Mirim descobrir, o que tinha acontecido, num passado recente, com a terceirização da merenda, a partir de 2006, através de contrato, assinado entre o Prefeito Carlos Nelson Bueno e Geraldo João Coan, Grupo Coan Ltda., o mesmo grupo, participante do esquema, derrubado pela Polícia Federal – PF, na Operação Prato Feito, a qual tinha revelado cinco grupos criminosos; que ele não tinha como fugir do assunto, porque a história tinha acontecido, em Mogi Mirim, o processo era antigo, mas estava tramitando, quarenta e oito volumes, dez mil páginas; que a PF tinha revelado todas as estratégias desses cinco grupos, para fraudar licitações; que o ex-funcionário público mogimiriano, em cuja casa se dera a busca e apreensão, pela PF, era declarante, no processo, sobre a merenda escolar, de Mogi Mirim, e havia citado, nos autos, o elo, havia esclarecido, que tinha integrado a comissão de licitação, à época, governo Carlos Nelson Bueno, portanto, nesta condições, tinha estranhado a desistência da concorrente Starbeni, algo contra a lei de licitações, mas que o então prefeito lhe havia determinado, por ordem direta, que aceitasse a desistência, e o vereador ainda leu trechos do depoimento do declarante, no processo, que este era o elo, entre as operações da PF, e que, não importava o tempo, o ser humano sempre iria colher o que havia plantado. Como o próximo orador, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador André Albejante Mazon. Ele retornou ao assunto das dificuldades, que vinha encontrando, para tramitar suas emendas parlamentares, no Gabinete do Prefeito, sobre o atraso de documentação. Cogitou, que a lentidão pudesse ser incompetência e, nesta linha de raciocínio, falou sobre o Bem-Estar Animal – BEA, narrando, que há dois meses, vinha cobrando o Secretário Ivair Biazotto, quanto à compra de remédios de uso veterinário, todavia, o assunto não caminhava, portanto, ele fora verificar, como estava o processo de licitação, a aquisição dos medicamentos, e, até agora, o processo continha apenas um único orçamento, quando seriam necessário três, algo que lhe era absurdo, pois



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

bastava fosse dado um telefonema, para se conseguir um orçamento. Concluiu, que na velocidade, que se apresentava, a administração não iria caminhar, e conjecturou, se não se tratava disso, mas do vereador solicitante, ele, o qual o prefeito não desejava atender. Tinha dúvidas quanto a isso e sublinhou, que a veterinária do BEA estava sem serviços há anos, porque o BEA não tinha medicamento, ou insumos, para que seus funcionários pudessem trabalhar, não havia sequer uma luva, para exame clínico animal, logo, não era crível, que houvesse vontade política, de que o departamento funcionasse, ou se tratava de muita incompetência, e cobrou o Secretário Ivair, novamente, para que trabalhasse, fizesse o BEA caminhar. Aproveitou o ensejo e também comentou sobre a regularização fundiária, pelo Programa Cidade Legal, e deu graças a Deus, porque as titulações estavam acontecendo, para o loteamento Domênico Bianchi, portanto, em breve, os moradores poderiam ter suas escrituras e falar, juridicamente, que detinham a posse e a propriedade de seus imóveis, todavia, o vereador temia possível lentidão do processo, na prefeitura de Mogi Mirim, onde nada caminhava, e disse que, numa administração incompetente, quem pagava a conta era sempre o povo. Perguntou aos pares, se os vereadores continuariam aceitando a tudo, calados, e afirmou, que admirara o discurso do Vereador Samuel Cavalcante, que, pelo visto, “tinha acordado”, deu boas vindas a ele, no “time dos vereadores, os quais cobravam o prefeito, em tribuna”, e destacou, que se tal grupo detivesse a maioria dos votos, certamente, a administração estaria diferente. Relativo ao assunto do SESMET, trazido pelo Vereador Marcos Franco, que tinha culpado a Secretária de Saúde, pelo desmantelo do serviço, o vereador aclarou que, à época, tinha acompanhado a problemática e declarou, que, quem havia retirado o SESMET, do Centro Holístico, tinha sido o Secretário de Administração, Ramon Alonço, e não Rose Silva, porque Ramon se recusara a retirar um muro, que separava o serviço de fisioterapia, do Centro Holístico, sua solução tinha sido mudar o serviço de local. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

parabenizou a Vereadora Sônia, pela iniciativa da lei, que proibia a utilização de fogos, com estampido, no município, e também cobrou da administração, a regulamentação da citada legislação. Na sequência, cobrou fossem definidas vagas, aos deficientes, no estacionamento do antigo prédio da Câmara Municipal, porque a Edilidade deveria dar exemplo público. Aclarou, que o prefeito estava “pisando no tomate” e que, a administração era incompetente. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele se dirigiu ao Vereador Tiago e disse, que toda a população do Estado de São Paulo estava acompanhando o desfecho da Operação Prato feito, a qual desvendava grupos, que atuavam, em licitações da merenda pública; que Mogi Mirim não constava na Operação Prato Feito, porque tinha municipalizado sua merenda, em 2015; que a municipalização tinha sido um projeto da ex-secretária Márcia Róttoli e narrou, que a Secretaria de Educação, à época, tinha três nutricionistas, e Gilson, que era funcionário, para cadastrar todos os itens, para licitação e projetos, havia ainda, Suzana, assistente social e nutricionista, que também tinha ajudado, no processo, bem como, os funcionários outros, que “carregavam o piano”, portanto, a municipalização tinha acontecido, em Mogi Mirim, implantada, que tinha sido, por um grupo de seis pessoas, fazendo os custos da merenda caírem abaixo da metade; que a Vereadora Maria Helena havia cogitado a falta de experiência do atual secretariado municipal, porque era composto por jovens, e ele raciocinava, que os secretários poderiam ser indicados, por eleição direta da população, talvez houvesse maior dinamismo e empenho, e citou os vereadores Orivaldo Magalhães, Robertinho, Sônia e Alexandre Cintra, como plausíveis secretários, porque os vereadores conheciam, verdadeiramente, os anseios da população, porque os secretários tinham que ser políticos também, tinham que ser representantes do povo; que a administração não deveria reclamar da falta de funcionários, porque competência não se via, em números, mas na qualidade e competência das pessoas, e a Câmara, por exemplo, fazia um trabalho direcionado ao povo, mesmo com



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

poucos funcionários e assessores, dever-se-ia compor o secretariado de pessoas, as quais colocassem os anseios da população, em primeiro lugar, trabalhando, mesmo com poucos os recursos, e citou que, na administração passada, a Secretaria de Educação tinha conseguido assumir o transporte escolar terceirizado, com apenas vinte motoristas, todos engajados, transporte este, que, anteriormente, era feito por quarenta ônibus, e que ,os secretários deveriam valorizar seus funcionários, não só, com aumentos salariais, mas também, dando ao funcionário público condições de trabalho, tratando-o como um verdadeiro tesouro. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. O vereador narrou fatos de sua vida profissional, seu início, como locutor de rádio, no horário nobre, a convite de Fernando Sampaio, algo, que tinha sido um bônus, em sua vida, todavia, registrou, que, para tanto, desde então, levantava-se às 4 horas, todas as madrugadas, sendo este o seu ônus. Contava tal história, para provar que, em tudo, na vida, tinha-se o ônus e o bônus; que assumir compromissos implicava, em ter responsabilidades e, assim, tinha sido com ele, vereador, quando aceitara ser candidato à vereança, portanto, nunca tinha reclamado da vereança, exercia-a, com prazer; que seu ônus era o sofrimento, no dia a dia, estar ausente da família, algumas vezes, a sobrecarga de trabalho; que de nada lhe adiantaria, por exemplo, convocar uma coletiva de imprensa, para dizer que estava cansado, que não conseguira mais, pois não era assim, que as coisas deveriam funcionar, tanto na vida particular, quando na vida pública; que ele falava tais palavras, porque, quando o prefeito Carlos Nelson tinha assumido a atual administração, havia apresentado seu secretariado, composto, em sua maioria, por pessoal técnico e advogados; que, ao longo do tempo, alguns destes cargos já tinham sido trocados; que ele anunciara, previamente, a saída de Fábio Mota, tinha dito, na semana passada, que seus dias estavam contados; que ele tinha conhecimento, mais um secretário havia pedido exoneração e, na data, isto se confirmara, porque a própria pessoa lhe havia dito e ao





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vereador André Mazon, que estava “sendo fritada”, e perguntou, por que o prefeito estava trocando secretário, agora, seria por que não estavam dando certo, ou haveria outro motivo qualquer; que a escolha feita, no início da gestão, tinha que ter sido acertada, cirúrgica, no propósito de não existirem quaisquer mudanças, na metade do caminho, e ainda, nem se estava na metade do caminho e mudanças estavam acontecendo; que ele faria coro, aos que ocupavam a tribuna e pediam o fim do egoísmo, menos vaidade, mais humildade, e destacou, que a campanha para prefeitura deveria ser feita a partir de 2020, não agora, pois estavam ocorrendo brigas de egos, que a empresa pública era como a privada, seus gerentes tinham que trazer lucro, e perguntou, se os secretários tinham sido exonerados, por não estarem rendendo, ou se os secretários, por ventura, não tinham sido eles analisados, profundamente, antes de serem convidados aos cargos, e que, os secretários deveriam reclamar, enquanto estavam ocupando os cargos, porque, depois de exonerados, nada adiantava se tornarem oposição, cairiam, em descrédito. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele, desde logo, empenhou sua solidariedade à AESCO e frisou, que sempre tinha sido defensor, de que áreas públicas fossem cedidas, porque era muito melhor ter uma associação, cuidando de um espaço, do que deixar crescer mato nele, portanto, colocava sua posição, desde logo, a respeito do projeto de revogação da lei, que ceder a área pública à entidade AESCO. Sobre a questão do SESMET, parabenizou os Vereadores Maria Helena Scudeler e Marcos Franco, por terem levado o assunto ao Gabinete do Prefeito, e sublinhou, que ele próprio, orador, tinha apresentado requerimento sobre o assunto, no mês de março do corrente ano. Explicou, que a ideia, à época de sua implantação, era a de unir o setor da fisioterapia, ao Centro Holístico, o qual, por determinação da Justiça, possuía muitos equipamentos, e dar otimização a ambos os serviços, aproveitar o espaço, para atender ao funcionário público e aos pacientes, revitalizando o espaço, na busca de unir forças de funcionários e equipamentos,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

principalmente, eram serviços independentes, mas poderiam se entrosar. Todavia, todos os equipamentos estavam atulhados, no prédio da Secretaria de Agricultura, na Rua Sergipe, local bem distante, onde os funcionários jamais iriam, portanto, os funcionários reclamavam e com razão. Perguntou, como o prefeito desconhecia a situação, se ele, orador, tinha apresentado requerimento, com todas as questões, no dia 28 de março, e colocou, que alguma coisa deveria estar acontecendo, no Gabinete, haja vista que se tratava de propositura aprovada, por todos os vereadores. Afirmou, que, se a culpa era do secretário Ramon, ou cabia à secretária Rose, verdade era, que não tinha havido diálogo, entre eles, eram duas secretarias, que não conseguiam conviver, num mesmo prédio, algo lamentável, pois deveriam comungar dos mesmos ideais e interesses públicos. Por último, registrou a revitalização, que estava sendo executada, no Espaço Cidadão, deu os parabéns, ao Poder Executivo, porque os feirantes já observavam as melhorias e as comentavam, e lembrou, que tinha indicado ao Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, para que o lixo, produzido e ensacado, pelos feirantes, fosse coletado, pela Construrban, na mesma noite, da ocorrência da feira, indicação que tinha sido acatada, para manter limpo o Espaço Cidadão. Cumprimentou o senhor Fábio Mota, ex-secretário municipal, porque a reforma, no Espaço Cidadão, tinha sido uma de suas últimas ações, enquanto gestor da pasta, bem como, ao Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Anunciou que, no dia seguinte, estaria na UBS do Bairro SEHAC, para verificar, se a administração havia trocado os extintores de incêndio, equipamentos que estavam vencidos, há mais de três anos. Disse, que tinha feito um vídeo, denunciando a situação, mas não o tinha publicado ainda, na rede social, para não deixar a população, em pânico, mas, amanhã o faria. Depois, registrou algumas situações, de falta de limpeza pública, na cidade, tais como, no final da Rua Conde Álvarez Penteado, onde o mato chegava a dois metros de altura, podendo encobrir uma pessoa; que alguns tinham



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

ateado fogo, no local, numa tentativa precária de limpeza; que a limpeza pública de Mogi Mirim estava tal qual, na época do ex-prefeito Gustavo Stupp, inexistente, ou feita pelo fogo, e citou o NIAS, local, que era sempre incendiado; que as limpezas, na zona leste, estavam sendo feitas assim, ateando-se fogo ao mato, e citou o Loteamento Tainá, como exemplo; que muitos locais estavam abandonados e não recebiam limpeza pública, que ele estava denunciando tal fato e que, a parte de planejamento da prefeitura estava um caos. Sobre a questão da Operação Prato Feito e a merenda escolar, o vereador salientou, que era caso sério, ele esperava fosse feita justiça, em todo Estado de São Paulo, e que, ele desejava Fernando Capez, deputado envolvido, não se reelegesse jamais, porque, corrupção, na merenda escolar, era um dos piores crimes possíveis, era imperdoável. Depois, dirigindo-se ao Vereador Samuel, pediu-lhe cuidado, porque a lei não permitia a ele, Vereador Luís Roberto, fazer campanha política, na tribuna da Câmara, todavia, agradecia-lhe a amizade e sinceridade. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. O vereador iniciou, dizendo que sempre se sentia honrado, quando estava, na tribuna, discursando; que, quando falavam em “fritar alguém”, podiam ficar tranquilos, porque ele, Marcos Antônio Franco, vereador, não estava falando besteiras; que ele tinha ingressado, na prefeitura, em 2006, e tinha sido “fritado”, “cozinhado” e escorraçado, só porque seu pai, Antônio Franco, estava como vereador, na Câmara; que ele tinha sido alocado, no Cemitério Municipal, tinham-no colocado, para trabalhar, com o trator, coletando lixo, e tudo ele tinha feito, com honra; que seu trabalho progredira tanto e tinha sido tão bem feito, que começara a chamar a atenção, e, assim, aquela administração o remetera para o aterro sanitário, numa verdadeira “fritada”; que ele, então, começara a dirigir uma retroescavadeira, para carregar o caminhão da Estrutural Engenheira, mas, quando chegara para trabalhar, num certo dia, um senhor, colega funcionário, estava chorando, num canto, bem triste, porque, justamente, seu desejo era dirigir a retroescavadeira, que lhe



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

tinha sido tomada, com a desculpa da idade avançada; que ele garantira, então, para aquele senhor, que ele voltaria a dirigir a retroescavadeira e, assim tinha acontecido, depois que ele, orador, recusara-se a prosseguir, porque tinha prestado concurso, para motorista, cargo que não estava ocupando e havia o desvio de função; que, depois disso, tinham-no mandado contar caminhões de terra, mas aquele senhor ficara com o sorriso, de orelha a orelha, pois tinha voltado a dirigir a retroescavadeira; que ele sabia, que alguns vereadores já tinham chorado, para descarregar a raiva e frustrações; quando ele, vereador, vinha falar de algum secretário, na tribuna, todos os pares podiam ficar tranquilos, porque ele não falava besteiras, tinha sapiência do que dizia, porque tinha sido massacrado, enquanto funcionário público; que a Vereadora Maria Helena tinha recebido mensagem, onde se lia, que Marcos Gaúcho não deveria dar palpites, na Secretaria de Saúde, porque, na secretaria, Marcos Gaúcho era mero servidor, mas a Vereadora Maria Helena havia respondido, ao seu interlocutor, que Marcos Gaúcho era vereador, vinte e quatro horas, por dia, então, ele, Vereador Marcos Antônio Franco, não iria admitir coisas erradas, na secretaria; que ele não tinha medo de trabalho, se o mandassem limpar banheiros, ele iria, se o colocassem, para roçar pastos, ele iria, voltaria a trabalhar no Cemitério, voltaria a dirigir caminhão, iria, aonde o mandassem, e, mesmo assim, não deixaria de estar vereador, que ele havia denunciado os vinte e dois veículos abandonados, no pátio da Secretaria, pois era a verdade, e, quando da audiência pública sobre a falta de insumos, a senhora Ana Róttoli tinha falado besteiras, pois ela estava no transporte da Secretaria de Saúde fazia apenas um ano, que os cinco minutos, tempo reservado ao uso da palavra, na tribuna, eram dele, por direito, e que, ele falava tudo o que tinha vontade, na tribuna, lugar sagrado, não inventava coisa e tampouco, julgava ninguém, e, se quisessem conversar, com ele, estava aberto ao diálogo. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Rapidamente, desejou colocar, que as manifestações que fazia, na Casa,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

visavam sempre ajudar a administração, na tentativa de viabilizar as coisas, para que caminhassem; que ela tinha acompanhado o Vereador Marcos Antônio Franco, ao Gabinete do Prefeito, para denunciar sobre o SESMET, insistira, para com o edil, que ele fosse sozinho, mas ele desejara sua companhia, portanto, era apenas uma das maneiras de servir ao funcionário, haja vista que o SESMET tinha que ser direcionado ao servidor, o abandono da situação chocara a vereadora. Afirmou, que o papel do vereador não era tão simples, que tinha certeza da luta de cada Vereador, estava cada vez mais difícil exercer o papel de vereador, papel muito importante, e que, ela tinha orgulho, em ser vereadora, e poder falar, de forma tranquila, tudo o que estava acontecendo, na cidade. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Moacir Geruário. Ele comentou a fala do Vereador Cristiano Gaioto e afirmou, que o Vereador Cristiano também tinha capacidade, para dirigir uma pasta municipal, todavia, quanto ao assunto da merenda, o Vereador Cristiano tinha dito uma inverdade, pois a merenda tinha sido municipalizada, em Mogi Mirim, nos seis últimos meses do governo Gustavo Stupp, em 2016, e, durante a gestão Stupp, a merenda tinha dobrado de valor, se comparada à merenda do contrato da Coan, haja vista que, na gestão Carlos Nelson, o valor era de seis milhões de reais e, na gestão Stupp, tinha sido de doze milhões e oitocentos mil reais. Depois, justificou sua ausência, na audiência pública, promovida pelo Vereador Marcos Franco, em virtude de compromissos, anteriormente, assumidos. Comentou ainda, sobre reclamação, que tinha recebido da população da zona leste, proximidades da quadra da CDHU, muitos vereadores estavam fazendo o mesmo pedido, para a limpeza, do local, retirada do mato, lixo e sujeira, portanto, ele aguardava uma solução. Sublinhou, que as contas do ex-prefeito Gustavo Stupp, exercício de 2015, já tinham chegado à Casa, para análise das comissões, e continham parecer favorável, do TC, algo inadmissível, em sua opinião, bem como, informou, que também as contas da Câmara Municipal, exercício de 2015, tinham chegado à



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

análise dos edis, com diversos apontamentos, inclusive, devolução de cifras, e explicou, que a Câmara deveria tomar providências, relativa aos apontamentos, para que, no futuro, sanções não recaíssem nos atuais vereadores, principalmente, no atual presidente. Falou, que tinha alertado a contabilidade da Câmara, para providências, relativas aos apontamentos, pois era sua intenção fazer um requerimento, pedindo auditoria, na Câmara, acerca dos atos da legislatura anterior, haja vista que a quantidade de apontamentos era imensa. Sublinhou ainda, ação social empreendida, pelo pastor Maurílio, dirigente também, de uma escolinha de futebol, em Martim Francisco, e comentou que ambos tinham arrecadado grande quantidade de leite à Santa Casa, participando, assim, da campanha, em prol do hospital, embora a direção da Santa Casa deixasse a desejar. Agradeceu ao Vereador Marcos Franco, que lhe fizera um favor, no sítio da Missão Paz e Vida, e comunicou, por fim, que, na Marcha Para Jesus 2018, evento agendado para o dia 02 de junho futuro, não haveria fogos, com estampidos, em obediência à legislação. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento da senhora *Aparecida Smeraldi de Carvalho*, falecida, recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h34, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM